



II SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: entre a teoria e a prática, articulações e resistências

3 a 5 de Julho de 2017, Salvador - BA

A QUESTÃO AGRÁRIA EM FOCO: ANÁLISE DE NOTÍCIAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

Aline Penha do Nascimento
alinepnascimento@live.com
UFBA, GeografAR

Guiomar Inez Germani
guio_ufba@yahoo.com
UFBA, GeografAR

Tiago Rodrigues Santos
tiagociso@hotmail.com
UFOB, GeografAR

RESUMO

Este artigo traz algumas reflexões sobre a pesquisa que vem sendo desenvolvida no Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/CNPq), tendo como objetivo realizar uma análise geográfica sobre o tratamento jornalístico da questão indígena, através das notícias publicadas no Jornal “A Tarde”, durante o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014). Como metodologia, foi inicialmente realizado o levantamento das notícias, com posterior sistemática de tabulações e categorizações juntamente com uma distribuição espacial o que permitiu explicitar os agravamentos dos conflitos territoriais vividos pelos povos indígenas no contexto da questão agrária. Também, foi possível observar a exacerbação contemporânea da luta pela/na terra, expondo também avanço da apropriação capitalista sobre as terras indígenas.

Palavras-chave: Acesso à terra, Conflitos, Povos Indígenas.

THE AGRARIAN FOCUS ISSUE: NEW ANALYSIS ON INDIGENOUS PEOPLES

1 INTRODUÇÃO

O sociólogo José de Souza Martins, citado por Fernandes (2004) diz que: “Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer”. A questão agrária está inserida no dia a dia da população, não importa se são donas de casa ou grandes empresários de corporações internacionais, a questão agrária está intrinsecamente ligada a ocupação, produção e a relação humana no território. Ainda sobre a questão agrária temos o Dicionário de Educação do Campo que a define como:

O termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à

propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país. (CALDART et al. 2012, p641).

Ficou claro que ter conhecimento do uso, posse e propriedade da terra é ter conhecimento da situação da Questão Agrária em uma sociedade. Saber sobre esse assunto é de extrema importância para se ter uma conscientização geohistórica fundamentada, além de compreender como as pessoas, enquanto grupos e/ou categorias sociais, se apropriam do principal bem da natureza, que é a terra, e isso pode ser realizado analisando o modo como ocorre a ocupação humana e os conflitos existentes no território.

A ocupação humana no Brasil e especialmente na Bahia, que desde o início se dá através do conflito entre o colonizador e os diversos povos indígenas existentes nesse território. Sendo estes povos, os primeiros ocupantes destes espaços, a geohistória tem nos mostrado que no decorrer dos séculos, destes povos foram retirados o acesso e condições do uso da terra, e a significância do que a terra representa para estes povos originários.

Vem deste processo a situação de conflito pela terra, resultando no etnocídio de 1477 povos indígenas ao longo dos últimos quinhentos e poucos anos. Este resultado de modelo de apropriação privada da terra, através de grandes empreendimentos que vão desde as sesmarias aos latifúndios, se justificam no discurso do desenvolvimento e progresso da nação. Visto que são os povos indígenas os que direta ou indiretamente, desde a chegada dos colonizadores aos seus territórios deram o rumo e o tom da luta do que tem sido os princípios da Questão Agrária. Esta visão está implícita nas várias leituras dos jornais e de como a mídia trata a Questão Indígena e a Questão Agrária como conflito permanente.

Não é possível analisar decisões e posturas de uma sociedade sem antes estar a par de sua especificidade, de sua totalidade e o Brasil sendo um dos países singulares do mundo desde a sua fundação, não fugiria à regra.

Germani, no artigo “Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro” (2006), traça a trajetória geohistórica e social que forjou as bases para o estabelecimento da estrutura e organização do espaço rural no Brasil, inicialmente, explicita um dos principais instrumentos de apropriação das terras alheias que foi a posse histórica, fundamento de domínio público que não precisava de documento, configurada no Brasil quando Pedro Álvares Cabral em 1.500, fincou o sinal da coroa e celebrou a primeira missa, este ato é a primeira expropriação de terra do Brasil.

A partir do momento em que algo mais do que a riqueza extrativa passa a despertar a cobiça da metrópole portuguesa, começam a apagar-se os vínculos que nos atavam à pré-história. A transformação da terra conquistada em colônia de exploração exige novas instituições jurídicas, novas formas de propriedade que somente poderiam viçar sobre as ruínas das instituições primitivas (GERMANI, 2006, p120).

Com o duplo cativo, de seres humanos e terra, o que se constata durante os próximos 292 anos (1530 à 1822) é um verdadeiro extermínio de vidas humanas, para obtenção de mais terras. Esses massacres foram institucionalizados pela metrópole portuguesa e mais tarde pelo governo brasileiro, através de vários instrumentos institucionalizados de poder, como: O Escambo, que se deu do período do descobrimento à ocupação efetiva (1500-1530 aproximadamente); o Regime das Sesmarias, período Colonial a Independência (1530-1822); O Regime de Posses (1822-1850); A Lei de Terras (1850-1891); todos estes vem se confirmando a propriedade da terra Pública através do monopólio de classe. Germani cita, “Se a ocupação era realizada pelo fazendeiro levava a legitimação através do título de sesmaria; mas não ocorria o mesmo com a ocupação dos trabalhadores livres ou dos mestiços.” (GERMANI, 2006, p125)

O que se percebe quando se trata de questões agrárias na Bahia, principalmente na atualidade, é que esta está envolta em vários processos financiados pelo capital e em vários setores agroindustriais, como a celulose, fruticultura irrigada, cultivo de soja, monoculturas de eucalipto, entre outros. Tais culturas não são realizadas por camponeses e suas famílias, mas sim por grandes empresas e latifundiários, e para isso é preciso concentrar terra, expropriando indevida e abusivamente os camponeses que estão em seus caminhos que, ao resistirem, são considerados como empecilho ao desenvolvimento agrário.

1.1 Questões Indígenas e a Pesquisa desenvolvida usando notícias de jornais.

Os povos originários do Brasil foram os primeiros a sofrerem e pagarem com milhares de vidas pelo então desenvolvimento do modelo econômico capitalista que se implanta desde o “nascimento” do Brasil e é condição para o seu desenvolvimento. Santos Junior e Diniz afirmam que:

Esse processo de desagregação, espoliação, desterritorialização e destruição dos povos indígenas e das comunidades e povos tradicionais, que por vezes pensamos estar presente apenas no passado contado pela história oficial nos livros didáticos, continua em curso. O desenvolvimento do sistema capitalista e sua recriação para a reprodução do capital continua se impondo por meio de formas político-jurídicas, ideológicas e racistas, que mantêm esse ciclo de expropriação, desterritorialização e extermínio dos povos indígenas. (SANTOS JUNIOR e DINIZ, 2016, p.02).

Os povos indígenas têm uma relação de pertencimento com a terra, o que vai de encontro ao modelo capitalista que visa somente à produção e o lucro em detrimento de poucos. Neste conflito de interesses em que a terra se encontra como protagonista, os povos indígenas estão resistindo a duras penas a centenas de anos. A tentativa de usurpação e apropriação indevida das terras indígenas tem aumentando drasticamente em tempos recentes.

O Relatório de Violências Contra os Povos Indígenas – Dados 2014, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), relata que o aumento dos casos de invasões possessórias promovidas por indivíduos e grupos econômicos interessados na exploração das terras indígenas e na apropriação de seus bens naturais, acima e principalmente abaixo do solo, e as demais violências advindas tem relação direta com a morosidade ou falta de providências eficazes nas demarcações das terras indígenas. No Relatório citado, a Bahia juntamente com os estados do Mato Grosso do Sul e Amazonas, lideram as estatísticas dos casos de assassinatos de indígenas principalmente das lideranças, o Relatório cita um exemplo na Bahia:

Um caso emblemático ocorreu na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no estado da Bahia. Os indígenas estavam em suas casas, numa área retomada na comunidade Serra dos Trempes, próximo à estrada, quando a tranquilidade foi rompida por pistoleiros que invadiram a aldeia, atirando e destruindo tudo. No momento do ataque, um indígena, que estava dormindo, não conseguiu fugir e foi assassinado com mais de 20 tiros (CADERNO DE CONFLITO -CIMI, 2014).

O que se percebe é que no período dos anos de 2011 a 2014, o aumento da violência contra os povos indígenas, seja fisicamente, seja pela morosidade no reconhecimento dos direitos garantidos por lei esta interligado a constituição de uma bancada de parlamentares ruralistas extremamente interessados e representantes do agronegócio. O primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, exemplo dessa influência, foi um dos que menos realizou demarcações de terras indígenas e ou comunidades tradicionais, desde 1964.

2 OBJETIVO

Diante de todo cenário descrito até aqui e que tem sido acompanhado pelo Grupo de Pesquisa GeografAR que vem, durante os últimos vinte anos, desenvolvendo as suas pesquisas articulando as inúmeras escalas e dimensões espaciais que se evidenciam na realidade, possibilitando que a pesquisa desenvolvida adquira outro significado na busca da compreensão da geograficidade dos processos sociais no campo brasileiro, em sua totalidade, no tempo e no espaço, se insere, também, a questão indígena.

A questão Indígena ganha destaque no projeto de pesquisa, **A QUESTÃO AGRÁRIA EM FOCO II: Compreendendo e informando sobre a questão indígena na Bahia Governo Dilma (2011 – 2014)**,¹ vinculado a pesquisa “Hemeroteca Agrária da Bahia²”, em desenvolvimento pelo Grupo. O objetivo da pesquisa é coletar e sistematizar notícias publicadas no periódico local jornal “A Tarde” sobre a questão indígena no Brasil e principalmente no estado da Bahia. Partindo da coleta e sistematização das notícias publicadas neste jornal baiano e, posteriormente, realizando uma leitura e análise conjuntural da situação da questão indígena na Bahia e no Brasil.

3 METODOLOGIA

Na pesquisa foram realizadas as extrações das notícias dos jornais no período de 2011 – 2014, perfazendo quatro anos de dados. Estas notícias foram sistematizadas e tabuladas em uma planilha. Segue abaixo os campos criados na planilha bem como as categorias criadas para classificação das notícias. Na Figura 1 pode observar o *layout* da planilha em que as 165 notícias, extraídas do acervo jornalístico do período citado, foram organizadas.

Os campos criados a partir da discussão dos envolvidos no estudo foram:

- a. **Data da Notícia:** onde é colocado a data da notícia, em ordem cronológica da publicação da notícia.
- b. **Estado:** onde registra-se o Estado da federação a que se refere à notícia. Em alguns casos a notícia não apontava um Estado específico mas se referia ao Estado brasileiro, o que não se aplicava.
- c. **Município:** onde registra-se o município a que se refere à notícia. Em alguns casos a notícia era sobre outro Estado brasileiro, o que não se aplicava.
- d. **Categoria da Notícia:** Neste criamos, previamente, categorias para classificar as notícias de acordo com o seu caráter a exemplo de “conflitos”, “violência”, “política pública”, “demarcação”.
- e. **Comunidade ou povo envolvido:** A partir da notícia se identifica sobre qual povo indígena se referia a notícia, exemplo dos “Tupinambás de Olivença”.
- f. **Mediadores e Movimentos Sociais:** Neste campo registra-se a intervenção no fato, de algum movimento social ou organizações indígenas, como por exemplo a Articulação de Indígenas do Nordeste do País (APOIME).
- g. **Resumo da Notícia:** Neste campo é feito um resumo das notícias, buscando sintetizá-las de modo a permitir uma busca rápida antes da consulta do acervo.
- h. **Referência:** Neste campo é identificado o título da notícia, jornal e página.

- i. **Nome do Autor:** Neste campo identifica-se se a matéria é assinada e o nome do autor o que auxilia também em como será analisada a notícia

Os resultados obtidos foram relacionados e analisados de duas maneiras, primeiro isoladamente, onde cada ano teve suas notícias avaliadas uma por uma dando destaque quanto ao seu principal tema e o outro modo de análise foi observando a e analisando segundo sua especificidade. O que resultou em características diferentes em cada ano, embora todos em sua essência abordem a conflitualidade da questão indígena.

A figura 1 apresenta a formatação da tabela utilizada para inserir as notícias.

ANÁLISE DAS NOTÍCIAS									
Data da Notícia	Jornal	Referência	Estado	Município	Comunidade/ Povo Envolvido	Movimentos Sociais e Mediadores	Categoria da Notícia	Resumo - Tipologia dos conflitos/Histórico/Política Pública Indígena	Referência
25/08/2007	Jornal A tarde	Tupinambás farão ocupações	Bahia	Buerarema, Una e Ilhéus	Tupinambás		Conflito/Demarcação	Reportagem traz decisão dos índios tupinambás de reatariarem as ocupações de terra para pressionar a FUNAI a providenciar as correções técnicas do relatório do estudo realizado por antropóloga portuguesa Suzana Viegas da Universidade de Coimbra, onde a mesma em 2004 deixou de mencionar áreas da aldeia de Serra do Padreiro e as terras tradicionais na orla de Ilhéus.	OLIVEIRA C. Ana. Tupinambás farão ocupações. <i>Jornal A Tarde</i> , Salvador, 25 ago. 2007. Coluna Bahia p.12

Figura 01 – Layout da planilha de dados. Fonte Jornais A tarde, 2011-2014. Elaboração: Tiago Rodrigues, no projeto GeografAR- 2014

4 RESULTADOS PRELIMINARES

4.1 Situação Questão Indígena no ano de 2011.

Analisando, quantitativamente, o acervo de recortes do jornal A Tarde na hemeroteca Agrária do grupo de pesquisa GeografAR, referentes a notícias indígenas, do ano de 2011, observa-se que neste ano, houve um total de 38 notícias das mais diversas extensões. Estas notícias centraram-se, em especial, na luta dos índios da etnia Pataxós em que conseguiram, do Ministério da Justiça, a declaração de posse permanente de dois mil hectares da terra Indígena Aldeia Velha (Jornal A Tarde, 01/01/2011, p.A10). Porém, aparecem, também, notícias referentes a repressões, violência e negligência de direitos básicos, como saneamento básico, saúde, educação.

No tocante a questão indígena no Brasil, pouco se falou ou se resolveu sobre demarcações de terras e/ ou reintegrações de posse, houve muitos processos de manifestação em relação a serviços prestados as comunidades indígenas, principalmente na área de Saúde. Percebe-se outras questões de caráter policial em relação à violência para com os indígenas questões de fraude uma vê que pedágios estavam sendo cobrados pelos índios e considerados ilegais pela

polícia federal, porém tais pedágios estão dentro das Terras Indígenas. Em resumo, o ano de 2011 não houve avanços significativos em demarcações e preservação dos Territórios dos povos indígenas.

4.2 Situação Questão Indígena no ano de 2012.

Analisando, quantitativamente, o ano de 2012 nas apurações das notícias indígenas, este ano no acervo de recortes de Jornal no GeografAR, houve um total de 44 notícias das mais diversas extensões, conforme Quadro 2: Categorização dos temas/assuntos das notícias referentes a indígenas no jornal A Tarde, no ano de 2012. A luta pelo processo de demarcação de Terras tradicionais indígenas continua e também foi o ponto principal no ano de 2012, onde a acentuação é ainda maior de conflitos envolvendo 115 casos de violência.

Entre as notícias sobre indígenas no ano de 2012, destacam-se as notícias do processo de “retomada” dos indígenas de suas terras e a expulsão dos não índios nas regiões de Itaju do Colônia, Camacan, e Pau Brasil, no sul da Bahia, onde 46 propriedades rurais foram ocupadas somente no início do ano, por indígenas da tribo Pataxó, foi o palco dos mais diversos conflitos tendo a necessidade de pedido por parte do governo estadual da força nacional de segurança, já que haviam intensos conflitos devido a possível demarcação favorável aos indígenas a terras com cadeia sucessória de 80 anos.(Jornal A Tarde, p.A4.1- 25/02/2012).

Neste ano também houve uma espécie de embrião da aprovação da PEC-215, pois, no dia 22 de março de 2012, a base do governo aprova a admissibilidade de uma proposta de Emenda Constitucional (PEC) que determina que passem pelo Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de terras quilombolas e a definição de áreas de preservação ambiental. (Jornal A Tarde, p.A12 - 22/02/2012).

Em resumo nas notícias trabalhadas pelo GeografAR, em 2012, também teve centralidade na demarcação de terras tradicionais indígenas, caracterizadas por conflitos de violência com fazendeiros, além da precarização e favorecimento de definhamento da vida do indígena brasileiro. O gráfico 02 detalhado anteriormente revela a distribuição quantitativa do ano de 2012, onde foi observado que nos meses de Janeiro, Agosto e Outubro não tiveram notícias relacionados a Questão Indígena no Jornal A Tarde.

4.3 Situação Questão Indígena no ano de 2013.

Quantitativamente o ano de 2013 nas apurações das notícias indígenas, este ano na Hemeroteca do GeografAR, houve um total de 49 notícias das mais diversas extensões

publicadas no Jornal A Tarde. Durante este ano foi intensa a mobilização por parte da bancada ruralista no processo de desarticular, desprestigiar e descaracterizar a Funai, com o intuito de barrar o processo de demarcação de Terras Indígenas e das Comunidades Quilombolas, ou seja, continuidade do que fizeram no ano anterior, uma espécie de prenúncio da PEC – 215.

No Sul da Bahia, onde indígenas das etnias Pataxós e Tupinambás sofreram com abusos da força policial principalmente a militar, estes precisaram de proteção da Força Nacional, principalmente em Buerarema, área já demarcada, mas ocupada por fazendeiros. Em continuidade às denúncias de descaso com a vida indígena no Estado da Bahia, em 07 de maio, um mês após as “comemorações” do dia do Índio (19 de abril), mais de 200 indígenas de 23 etnias, como kiriri, potiguara, tapuia, payayá entre outros ocuparam o antigo prédio da Secretaria Estadual da Educação (SEC) em Salvador, para exigir reunião do então governador Jaques Wagner afim deste prestar as devidas providências para necessidades que vão desde os direitos básicos à cidadania à perfuração de poços artesianos para sobrevivência daquelas pessoas. (Jornal A Tarde, p.A4 - 07/0/2013).

O ano de 2013 houve um aumento e intensificação da violência contra os povos indígenas e essa violência muitas vezes foi realizada pelo próprio Estado, através da atuação dos seus agentes policiais. Os Gráficos 01 e 02 que auxiliam a visualizar a quantificação e situação das notícias relacionadas a Questão Indígena.

4.4 Situação Questão Indígena no ano de 2014.

Finalizando a análise das notícias do 1º mandato da Presidente Dilma, o ano de 2014, teve 34 notícias relacionadas diretamente à questão indígena, publicadas pelo Jornal A Tarde, este ano foi um dos anos mais violentos para os povos indígenas do nordeste brasileiro, onde a maioria das mobilizações indígenas com repressões violentas tanto do Estado quanto dos possuidores de latifúndios, que conseqüentemente repercutiram em notícias, a sua maioria pertenceu ao povo indígena Tupinambá, onde foi preciso a presença da Polícia Federal e do Exército Brasileiro para garantia da vida, (Jornal A Tarde, 15/02/2014 p.A1).

Foi um ano marcado por mortes de crianças indígenas devido a negligência com a saúde e conflitos, bem como um aumento do número de suicídios cometidos pelo jovem indígena. É preciso ter a compreensão analítica de que toda a onda de violência desencadeada não aconteceu, nem acontece espontaneamente e sim é marcada por questões de demarcação de

terra. A categoria demarcação de terras foi outra grande reivindicação que permeou o ano de 2014. (Jornal A Tarde, - 13/02/2014, Capa).

4.5 Situação Questão Indígena durante quatro anos (2011 – 2014).

As notícias analisadas e que compõem esta pesquisa fazem parte, como já referido, das notícias publicadas no Jornal A Tarde, e constantes na Hemeroteca do GeografAR. Tais notícias têm como destaque o que foi dado como evidência na mídia baiana e brasileira sobre a Questão Indígena no mandato da presidente Dilma Rouseff. O que foi constatado a partir das 165 notícias analisadas é que foram quatro anos bastante intensos e violentos para os povos indígenas, pouco se avançou a favor do indígena brasileiro principalmente no que tange a demarcação de terras, uma vez que foram demarcadas somente 13 terras indígenas em relação ao governo anterior. No período do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva foram demarcadas 81 terras. Foi observado também em comparação com outros meios de comunicação livre que muitas denúncias sequer chegam a ser noticiada pelas publicações de alcance nacional, só vindo à tona graças à atividade jornalística de sites como o do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e à ação, na internet, de coletivos e cidadãos interessados na causa indígena.

Foi nestes quatro anos em que a PEC 215 - Proposta de Emenda à Constituição nº 215 (PEC 215), altera os arts. 49 e 231 da Constituição Federal para acrescentar às competências exclusivas do Congresso Nacional no que se refere a aprovação da demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como a ratificação das demarcações já homologadas. Estabelece, ainda, que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulados em lei ordinária. Ou seja, transfere da União para o Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas e ate mesmo reavaliar as terras já demarcadas, foi cogitada a retornar como pauta na Câmara. Tal proposta ganhou força, uma vez que no período de 2011 – 2014 houve a eleição de uma das maiores bancadas ruralista dos últimos 15 anos. O que favorece o enfraquecimento das efetivações de demarcações de terras indígenas, visto que a expansão do agronegócio seria “prejudicada” com a garantia dos direitos dos índios, a demarcação de terras. A seguir, vemos os Gráficos 01 e 02, que apresentam uma síntese das notícias do período.

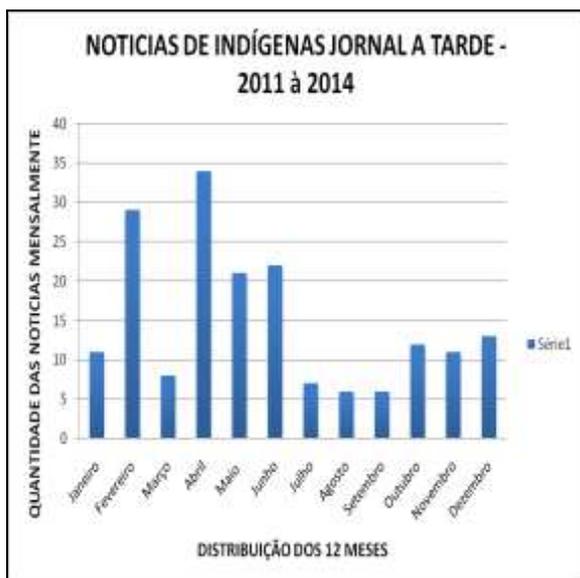


Gráfico 01 Distribuição das notícias indígenas 2011-2014. Fonte: Jornais A Tarde - Elaboração: Aline Nascimento- 2015



Gráfico 02, Síntese das principais notícias - Fonte: Jornal A tarde, 2014 - Elaboração: Aline Nascimento - 2015

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi abordado neste artigo, compreende-se que a questão agrária no Brasil e na Bahia, tomando como elemento central os Povos Indígenas tem sido marcada pelos conflitos. Não existe nenhum respeito à vida dos sujeitos e suas relações sociais vividas no campo e na cidade. Vemos a questão agrária submetida à lógica do modo de produção capitalista, e isso tem causado conflitos, onde os povos indígenas estão sempre sendo criminalizados, discriminados e julgados até mesmo numa simples notícia de jornal. Os meios de comunicação são usados para disseminar a ideologia da classe dominante, isto é observado durante as extrações das notícias jornalísticas, percebe-se sempre uma espécie de culpa imediata dos indígenas, onde argumentam que os mesmos estão em locais que são imprescindíveis ao desenvolvimento econômico do país, ou que a área em que os mesmos estão localizados pertence a alguma família ou grupo de pessoas de poder econômico e/ou político.

Ao longo da pesquisa foi possível acompanhar o desenrolar de alguns conflitos o que culmina em uma leitura conjuntural das questões indígenas relacionadas pela mídia baiana e brasileira. De modo que a pesquisa cumpre também o objetivo de fornecer dados e informações sistemáticas e gradativas na luta pelos direitos indígenas, uma vez que ela também ajuda a espacializar e dimensionar os conflitos muitas vezes camuflados pelas notícias, usando a difamação contra os povos. Além de modificar nosso olhar sobre a

realidade dos povos indígenas e seus enfrentamentos no que se refere aos diversos conflitos, é possível perceber quando a notícia é tendenciosa quando a mesma usa de vários meios para descaracterizar a luta dos povos pela terra, e que não há nenhum esforço desses meios de comunicação em retratar a realidade, no sentido de fortalecer a autonomia dos povos originários.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO S. Avelar. ;DINIZ, Edite. **Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: Indígenas na Bahia.** Salvador (BA): UFBA, 2016 (prelo)

CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, Dados de 2014.** <http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>, 20 de Outubro de 2015.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** (Editor). Campinas: Editora Unicamp, 2008.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, Salvador:EDUFBA, vol. 2, n. 2, 2006. 115-147.